

Estratégia de Covas será negociar nas 8 comissões

Encerrada a primeira fase dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o líder do PMDB, senador Mário Covas, reúne hoje o seu colégio de vice-líderes para avaliar o resultado das propostas das 24 subcomissões à elaboração da nova Constituição convicto de que, a partir de agora, a palavra de ordem para viabilizar a aprovação de relatórios progressistas nas oito comissões temáticas é negociação.

Tranquilo quanto ao saldo inicial da Constituinte, o líder do PMDB na Assembleia garantiu ontem, no início da noite, que os relatórios gerados nas subcomissões, apesar das repercussões conferindo vitória ao segmento moderado-conservador do Congresso, não representam a media do pensamento e das crenças partidárias e ideológicas dos 559 constituintes.

Para o senador, que evitou conversar sobre a estratégia, que vai traçar na reunião com seus vice-líderes a ser utilizada nesta segunda fase da Constituinte, a tendência definitiva da maioria dos membros da Assembleia sequer será detectada no âmbito das comissões temáticas.

— Apesar de cada comissão estar integrada por 63 constituintes — teorizou Covas —, configurando assim um universo maior do que o das subcomissões, que contavam em média com 21 parlamentares, ainda assim não se poderia traçar imediatamente o perfil da próxima Constituição brasileira.

Não só para o líder peemedebista, mas também para alguns de seus vice-líderes, como os deputados Antônio Brito (PMDB-RS) e Paulo Macarini (PMDB-SC), o sentimento da Assembleia Nacional Constituinte v. l. se consolidar a partir do momento em que a Comissão de Sistematização encaminhar a votação do plenário da Assembleia, no dia 9 de julho, o primeiro dos três projetos de Constituição que elaborará com

base nos relatórios das comissões e das emendas dos parlamentares a serem apresentadas entre os dias 2 e 7 de julho.

— Nas subcomissões — explicou o vice-líder Antônio Brito — prevaleceram, como não poderia deixar de ser, o ponto de vista dos constituintes que estavam defendendo, de maneira

direta, seus interesses imediatos. A medida, no entanto, em que crescer a participação, o quadro inicial deverá se inverter substancialmente.

Essa inversão, segundo Brito, que se encontrou ontem à tarde com Covas para iniciar os estudos dos projetos nascidos nas subcomissões, apenas se

concretizará caso os segmentos progressistas e moderado-conservador do PMDB entendam que a nova Constituição só contera avanços à base de diálogo e negociação.

— Os setores progressistas — prosseguiu Brito — têm que tirar uma lição das votações ocorridas nas subcomissões: quem não tem voto, tem que negociar para conseguir apoio.

Negociar, contudo, foi uma opção que, na avaliação de Antônio Brito, o PMDB histórico desprezou no âmbito do próprio partido, acreditando que seus 205 membros teriam força suficiente para prescindir dos votos dos peemedebistas descomprometidos com as bandeiras do antigo MDB.

— Na verdade — observou o vice-líder de Covas —, o antigo MDB perdeu para o PMDB, pois os cerca de 100 parlamentares que complementam a bancada do partido, ao depararem-se com teses à esquerda, despiram-se e, assim, identificaram-se com o PFL e o PDS.

As expectativas e desejos dos líderes peemedebistas quanto à necessidade de se negociar com o segmento moderado-conservador que caracteriza, segundo Brito, a Assembleia Nacional Constituinte, não é compartilhada, em hipótese alguma, pelo líder do PFL, deputado José Lourenço.

Assumindo um discurso radical contra Covas, o líder pelifista afirmou, sem rodeios, que o líder do PMDB na Constituinte é simplesmente o "líder da esquerda radical, estando em uma nitida posição de confronto pelas ameaças que vem fazendo desde a sua eleição para o cargo".

— A esquerda radical quer impor suas propostas, que não coincidem com o desejo do povo brasileiro — acusou Lourenço. Mas o líder do PMDB não conseguirá vencer, porque ele terá que negociar ou, então, amargará seguidas derrotas.

Programa não é cumprido

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, admitiu que os pareceres de algumas subcomissões infringem claramente os princípios programáticos de seu partido, o que o leva a considerar como necessário um trabalho de articulação para que a sua doutrina prevaleça no segundo estágio, que é representado, até o dia 15 de junho, pela tarefa das oito comissões temáticas.

Covas mostrava-se preocupado, sobretudo, com a rejeição do relatório apresentado pelo relator da Comissão de Princípios Gerais, Virgíldio de Senna (BA) e a aprovação de um substitutivo que eliminou a propriedade da União sobre as riquezas do subsolo e a limitação do monopólio estatal do petróleo e materiais físis à pesquisa e à lavra, admitindo que refino e distribuição sejam privatizados.

PREOCUPAÇÕES

A maior preocupação do líder do PMDB na Constituinte era que oito parlamentares do PMDB se encarregaram de desprestigiar os postulados programáticos do partido, alinhando-se com a orientação privatista e anti-Petrobrás dos ex-ministros dos regimes militares, Roberto Campos e Delfim Netto.

Esses deputados foram Gustavo Faria, Nider Barbosa, Gilson Machado, Renato Johnson, Marcos Lima, Gil César

Antonio Ueno e o senador Irapuan Costa Júnior. Mário Covas está disposto a convidar todos esses constituintes para uma conversa privada a fim de discutir com eles as razões dos seus votos contrários ao programa partidário.

O senador Mário Covas ponderou que a Constituinte é um foro adequado à negociação. O trabalho das subcomissões serviu, segundo ele, para mostrar esse imperativo de entendimento. No segundo estágio, agora, ele espera que as forças mais progressistas procurem negociar para evitar que os liberais de centro se compunham com a direita em posições as mais retrógradas.

O líder do PMDB na Constituinte lembrou que as 24 subcomissões serão substituídas, agora, por oito comissões temáticas, cada uma das quais terá 63 membros, ao invés dos 21 daquelas. A Comissão de Ordem Econômica, por exemplo, deverá mudar, em seu entender, o parecer aprovado na Subcomissão de Princípios Gerais e que atenta contra toda uma tradição constitucional brasileira.

Mesmo o parecer da Subcomissão de Reforma Agrária, considerado atentatório ao programa do PMDB, o senador Covas acredita que venha a ser melhorado consideravelmente. "Temos que entender que aqui há necessidade imperiosa de negociação", advertiu.



Na reunião da bancada do DF chegou-se ao consenso: o importante agora é a autonomia

Bancada do DF se une na defesa da autonomia

A bancada do DF não precisou de mais do que uma hora de reunião para definir que não interessa, no momento, discutir a duração do mandato do primeiro governador de Brasília eleito pelo voto direto. Os parlamentares presentes à reunião, realizada na Comissão do Distrito Federal, chegaram ao consenso de que o fundamental é assegurar a autonomia política do DF, ficando para a Constituinte a tarefa de definir a duração do primeiro mandato.

A reunião foi articulada pelo deputado Walmir Campelo (PFL), após a apresentação do relatório da subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, que estabeleceu o prazo de dois anos para o primeiro mandato. Campelo defendia o mandato de seis anos, mas admitiu que abriria mão desta proposta em favor de uma posição de consenso — o que acabou acontecendo. "Sou um homem de diálogo. Por isso, aceitei as argumentações dos companheiros de bancada. A partir de agora, vamos trabalhar unicamente pela autonomia do DF", informou o deputado.

Ele espera contar, inclusive, com a mobilização da população do DF, a partir de agora.

Outro defensor do mandato de seis anos, o senador Maurício Corrêa (PDT), também deixou a sala de reunião convencido de que o mais importante é assegurar a autonomia política: "Se ficarmos discutindo em torno de dois, quatro ou seis anos de mandato, a tese da autonomia fica enfraquecida. Na verdade, a duração do mandato sempre foi uma questão secundária".

Mas o grande vencedor da reunião foi o deputado Sigma-ringo Seixas (PMDB), relator da subcomissão do Distrito Federal e autor do parecer que definiu o mandato de dois anos para o primeiro governador eleito. "Mandato de seis anos não existe", comentou o deputado, assim que terminou a reunião da bancada. Mas logo acrescentou que este debate ficará para mais tarde. O importante agora é lutar pela autonomia, "que não é uma coisa tão simples como pensam", afirmou o deputado.

Ele prevê alguma dificuldade para a aprovação desta tese, "pois o perfil conservador da Constituinte". Não chega a identificar com precisão os setores que estariam contra a autonomia do DF, mas assegura que certamente estariam contra "aqueles que se beneficiaram pelo autoritarismo e temeram pelo resultado das urnas". Diante deste quadro, entende que debater a duração do mandato agora seria como "dar armas para o adversário".

O deputado Augusto Carvalho (PCB) tem as mesmas preocupações de Seixas. Lembra que, "dentro do PMDB, há resistência grande. Mesmo pessoas que sempre estiveram ao lado de lutas populares estão contra a nossa autonomia. Não quero emenda supressiva deste artigo na Comissão Temática. O meu receio é que o próprio Governo Federal venha a pressionar contra a autonomia, principalmente se for definido o mandato de cinco anos para o presidente Sarney".

Milhões vão assinar por nova economia

Colher algo como 5 milhões de assinaturas sob uma breve organização de princípios econômicos e sociais que, a seu ver, devem reger o País no futuro próximo é um dos objetivos da Articulação Nacional de Entidades na Constituinte, que reúne desde ontem representantes de mais de 50 associações, confederações, sindicatos, fóruns e plenárias no auditório do Anexo IV da Câmara.

Para assegurar uma "ordem econômica soberana", estas entidades, que terão hoje um documento a respeito elaborado, consideram fundamental colocar sob controle da Nação e a serviço dos brasileiros a função social do solo urbano e rural, a propriedade das riquezas minerais e a reserva de mercado aos setores estratégicos — além da suspensão do pagamento da dívida externa por um período que em seu julgamento poderia ser de dez anos. Na área social, defendem princípios como a igualdade de direito à educação, saúde, moradia e trabalho.

Havia ontem na Câmara representantes de várias organizações de caráter nacional, como a Contag, a CUT, a CNBB, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) e o Conselho Missionário Indigenista (Cimi). Somadas a sindicatos, associações e outras entidades locais ou regionais, totalizavam cerca de 50 siglas. So a doméstica Ana Maria Dagoberto representava 26 associações de sua categoria profissional.

Não se restringindo ao auditório, agitaram corredores e gabinetes do Congresso Nacional em busca de apoio para as ideias e interesses que defendem e foram visitados por deputados de todos os partidos, à exceção do PDS, PDC e PL. Esta presença de parlamentares, aliás, não deixou de gerar queixa pela forma como se deu. "Os deputados têm muito tempo para falar e sobra muito pouquinho para a gente", reclamou o seringueiro Jaime da Silva Araújo.



Maria de Lourdes: vocação

Funcionária da Câmara terá creche

Com 30 anos de atraso, como lembra a deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), a Câmara dos Deputados começa um trabalho visando ao oferecimento de creche para os filhos de suas funcionárias. A CLT prevê, desde 1957, a obrigatoriedade de creches em locais de trabalho que contem com mais de 30 mulheres com filhos, mas a Câmara dos Deputados já conta com pelo menos 2.000 mulheres nestas condições. Numa reunião realizada ontem pela manhã, o presidente Ulysses Guimarães entregou a três deputadas — Maria Abadia, Raquel Capibaribe (PMDB-AP) e Benedita da Silva (PT-RJ) — a tarefa de executar este projeto.

Também participaram da reunião o presidente da Ascad (Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados), Valmasio Araújo; uma representante da CAP (Coordenação de Apoio Parlamentar), Iris Berlim; e duas assistentes sociais deste órgão. Ficou definido que a primeira tarefa será uma pesquisa das necessidades atuais, com um levantamento dos endereços dos servidores e do interesse de cada um em utilizar este serviço. Em seguida, serão levantadas as prioridades.

CONVENIOS

Está definido que será feito, inicialmente, um sistema de convênio com creches já existentes nas cidades-satélites, para um atendimento imediato aos casos mais urgentes. Mais adiante, poderão ser estudados projetos de construção de creches próprias, mas isto seria inviável no momento. Maria Abadia também salienta que a construção de grandes creches, para o atendimento de um número muito grande de crianças, não tem sido uma experiência muito positiva, principalmente pela dificuldade de transporte destas crianças. A melhor opção ainda é o aproveitamento de creches próximas aos locais de moradia.

Maria Abadia deixa claro que a reivindicação partiu da Ascad, mas acrescenta que um detalhe foi fundamental para que o trabalho da comissão de deputadas tivesse início: a receptividade do presidente Ulysses Guimarães. Ela está satisfeita também por outro motivo: o trabalho a ser realizado pela Câmara poderá ter reflexos na sociedade: "É importante e estar com esta bandeira. Assim, vamos estimular a sociedade a lutar pelo cumprimento desta legislação, que não é atendida em parte pela acomodação da própria sociedade".

Agitação das entidades

Era um entre-a-sai constante, como observou Chico Withaker, do Grupo de Acompanhamento da Constituinte da CNBB, presidente da reunião da Articulação Nacional de Entidades na Constituinte. Não era para menos. Afinal, tratava-se de um encontro de ativistas e, se uns 20 mantinham-se firmes em plenário, a maioria tratava de acionar parlamentares mais próximos de seus interesses. Assim, Withaker falou pouco depois de representantes da Coordenação Nacional das Mulheres de Base darem um rápido informe e partirem em passo acelerado na direção do gabinete do senador José Bisol (PMDB-RS), um indefectível aliado dos movimentos femininos.

Os representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), também haviam escapulado para tratar de questões às quais a palavra urgente já não define bem. "Estamos aqui justamente para ver como está a mobilização e para trazer e até jogar na cara do movimento sindical e estudantil, e da Contag, a grande falha que tivemos ao não fiscalizar a votação da re-forma agrária", dispararia pouco depois, em uma entrevista, Ana Maria Dagoberto, representante de empregadas domésticas do País inteiro.

Os membros da Contag, ao deixar o auditório do Anexo IV da Câmara, dirigiram-se ao gabinete do derrotado relator da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), cujo anteprojeto naufragou neste fim de semana, atingido por potentes torpedos da UDR. Este gabinete, entre outros, deverá ser freqüentado também pelo seringueiro Jayme da Silva Araújo, defensor de reservas extrativistas que ponham fim ao regime de escravidão em que vivem ele e seus companheiros na Amazônia.

A intenção da Articulação Nacional — "de uma mobilização do povo em defesa de seus interesses e dos interesses da Nação" — é justamente somar os esforços de um amplo leque de entidades e potencializar suas forças. Uma das ideias é a colaboração na coleta de assinaturas para as chamadas emendas de iniciativa popular.

Procurador critica relatório

Retirou do Ministério Público Federal as atribuições de representar simultaneamente os interesses da União e da sociedade em juízo significa, na prática, que a Nação como um todo não poderá, daqui para frente, contar com uma defesa comprometida exclusivamente com a lei e, portanto, isenta de qualquer poder de pressão. A afirmação do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alvaro Costa, que reconhece, no entanto, pontos positivos no relatório final da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, que teve como relator o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP).

O relatório fortalece o Ministério Público, concede-lhe autonomia administrativa e financeira, e garante a independência funcional de seus membros. Mas para o presidente da Associação dos Procuradores, a dupla função de dispensar a Estado e à sociedade uma defesa baseada unicamente no princípio da legalidade é indesejável. Ele ponderou que a decisão da subcomissão é preocupante na medida em que esta defesa colocada sob os critérios administrativos do Poder Executivo, conforme definiu a subcomissão, é o mesmo que admitir a prevalência inevitável dos interesses administrativos do eventual administrador sobre os interesses dos recorrentes.

Alvaro Costa acredita que um órgão sem as garantias do Ministério Público Federal — do qual a Procuradoria Geral da República (PGR) é parte — estará sempre a mercê de interesses outros que podem não coincidir com os preceitos estritamente legais. "já que a representação sairá do âmbito federal para um ou mais órgãos que não foram definidos pela subcomissão. Apenas o Ministério Público Federal pode julgar com a devida isenção e imparcialidade as causas da União e fiscalizar a aplicação social das leis", afirmou.

Para o relator da subcomissão, deputado Plínio de Arruda (PT/SP), o Ministério Público não pode representar judicialmente União e sociedade ao mesmo tempo, considerando os conflitos existentes entre o Estado e a comunidade como um todo. De acordo com as propostas constantes do relatório da subcomissão, caberá ao MPF apenas as funções de promover a ação penal e representar os incapazes.

Os constituintes Sigmaringa Seixas (PMDB/DF) e Roberto D'Ávila (PDT/RJ) tentaram sem êxito mudar a decisão, delegando a representação judicial da União ao MPF, através dos procuradores da República.

Com a emenda pretendiam evitar o "extermínio e o esfacelamento de uma das mais respeitáveis e secular instituição da tradição republicana do Brasil, que é a Procuradoria Geral da República, cuja investidura, cumulando os encargos do Ministério Público Federal e da representação judicial da União, tem possibilitado o exercício pleno de uma e outra função em níveis basilares da nacionalidade".

Basta um só artigo

ELZIO PIRES Da Editoria de Cultura

Pelo que venho notando nas reuniões e corredores da Constituinte e ainda pela leitura dos avisos, os constituintes terminam escrevendo uma nova Constituição maior do que os catálogos de telefones de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Constituição: analítica ou sintética? Essa indagação deveria ser obrigatória em todas as comissões e setores do Congresso Constituinte. Essa é uma batalha preliminar que não foi ainda travada. Imagine a dificuldade de depuração do novo texto constitucional, que nesta primeira etapa do processo já tem quase 700 artigos, o que já corresponde mais do que o triplo do atual texto, que tem 217 artigos.

Verifiquei que existem emendas tratando, tão minuciosamente, de questões que chegam ao nível de portarias de clubes recreativos ou de alguma seção de ministérios. Não vejo ainda sinal de uma Constituinte preocupada com os princípios fundamentais. Eles, os constituintes, com raras exceções, estão mais voltados para o varejo que seria melhor consumido ou contemplado nas leis ordinárias. Um dos exemplos de Constituição sintética, queiram ou não saber disso, é a dos Estados Unidos da América do Norte. Ela tem apenas sete artigos.

Vale lembrar a Constituição, tão sonhada pelo historiador Cipriano de Abreu. Ele, ao criticar essa preocupação de colocar no texto da chamada Carta Magna, remédios para todos os males e dores, sugeria uma Constituição brasileira de um artigo único, com este texto: "Todo o cidadão brasileiro é obrigado a ter vergonha na cara".

Sistematização: outra reunião sem nada votar

As sessões plenárias da Comissão de Sistematização estão se transformando em verdadeiros espetáculos circenses, indignos de ser vistos por quem quer que seja. Esta denúncia do deputado Paulo Ramos acabou se confirmando novamente ontem à noite, quando se pretendia votar duas matérias importantes.

— A primeira e mais polêmica tratava-se de um projeto de decisão do deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, que previa a divisão em 24 parcelas das dívidas das microempresas, produtores rurais e pessoas físicas. O segundo projeto de autoria do relator Bernardo Cabral iria estabelecer normas regimentais para o funcionamento da Comissão, mas um tumultuado processo de obstrução mais uma vez liderado pelo líder do governo Carlos Sant'Ana acabou prejudicando a votação dos dois projetos por falta de quorum.

Com o plenário cheio logo no início da votação de uma preliminar do relator Renato Viana (PMDB/SC) que remetia à Câmara o projeto de decisão de Brandão Monteiro, o que se presenciou a seguir foi comparado pelo deputado Ademir Andrade (PMDB/PA) a uma "algazarra de colegiais em sala de aula". Para prejudicar o quorum, já

que estava garantida a rejeição da preliminar, vários parlamentares se abaixaram em suas mesas, enquanto um grupo de parlamentares comandados por Carlos Sant'Ana saía correndo ruidosamente para se esconder atrás da porta de entrada do plenário, quando era feita a chamada nominal.

Encostado em uma pilastreira à porta, de onde podia ouvir e acompanhar o encaminhamento da votação, o líder Carlos Sant'Ana permaneceu durante toda a sessão. Deste ponto estratégico, ele orientava um grupo de parlamentares que entrava correndo novamente ao plenário sempre que se exigia o apoio do deputado Francisco Benjamin (PFL/BA), que do lado de dentro comandava o processo de obstrução solicitando a verificação de quorum.

— Até hoje esta comissão não conseguiu aprovar qualquer matéria favorável aos interesses populares, e infelizmente, o que se vê aqui é esta brincadeira cínica, com parlamentares se escondendo debaixo das cadeiras e outros correndo de um lado pra outro para manipular o quorum — protestou o deputado Lysâneas Maciel (PDT/RJ). Diante destas manifestações de repúdio dos parlamentares, Carlos Sant'Ana dava gargalhadas,

o que os irritava ainda mais.

Apoiando o líder governista, o líder do PFL José Lourenço chegou a ameaçar a deputada Cristina Tavares, que estava entre os defensores do projeto, de destituir a da Comissão de Sistematização, uma vez que o seu relatório havia sido derrotado na subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação.

— Você não vai votar não, nós vamos tirá-la daqui — ameaçou Lourenço, em tom sarcástico. Mas acabou sendo retirado do local pelo deputado Roberto Freire (PCB/PE), que ouviu a ameaça em uma poltrona logo atrás.

Na primeira reunião iniciada ainda pela manhã, Brandão Monteiro conseguiu rejeitar a preliminar contrária a apreciação de seu projeto na Comissão, mas Francisco Benjamin solicitou verificação de quorum derrubando o resultado e remetendo para uma nova reunião marcada para uma noite. Nesta outra sessão, com o plenário cheio, a preliminar mais uma vez foi derrotada, desta vez com o quorum necessário. 38 a 10 votos favoráveis. Mas com a saída dos membros da bancada pelifista e do governo, a matéria foi derrotada quando estava em votação o seu mérito.

Correia acredita que 5 anos serão aprovados

Nas circunstâncias políticas atuais, o mandato de cinco anos para o presidente Sarney deve ser aprovado por larga maioria na Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo. Pelo menos é o que prevê o presidente do órgão, deputado Oscar Correia (PFL/MG), ele próprio um defensor deste período de governo.

O pelifista mineiro fez questão de advertir, contudo, que a questão do mandato é bastante dinâmica e a tendência atual poderá ser modificada até a votação final em plenário. Por enquanto, segundo ele, a ofensiva desencadeada pelo Palácio do Planalto está dando resultado,

mas nos próximos meses o desempenho do presidente da República tenderá a refletir-se de forma significativa na fixação do seu mandato.

Oscar Correia critica a "ira exagerada" do Governo contra os defensores do período de quatro anos. Em sua opinião, no momento em que Sarney abriu mão dos seis anos que lhe são assegurados pela atual Constituição, tornou-se "perfeitamente legítima" a discussão de qualquer outro período. Cabe ao Palácio do Planalto, portanto, arremeter suas forças políticas para garantir a aprovação do mandato que interessa ao Presidente.

Ele lamenta, contudo, que esta solução esteja sendo adotada de maneira casuística, chegando a compará-la a uma "fórmula doméstica tupiniquim". De tão confuso, na previsão de Correia, o regime idealizado por Fogaça não dura mais de dois anos.

Presidencialista convicto, o deputado mineiro admite que a comissão não deveria seguir a sua posição pessoal. Pelo contrário: o sistema híbrido de governo proposto pelo senador José Fogaça à Subcomissão do Poder Executivo tem, a seu ver, "grandes possibilidades" de aprovação.

Ele lamenta, contudo, que esta solução esteja sendo adotada de maneira casuística, chegando a compará-la a uma "fórmula doméstica tupiniquim". De tão confuso, na previsão de Correia, o regime idealizado por Fogaça não dura mais de dois anos.

— Ele lamenta, contudo, que esta solução esteja sendo adotada de maneira casuística, chegando a compará-la a uma "fórmula doméstica tupiniquim". De tão confuso, na previsão de Correia, o regime idealizado por Fogaça não dura mais de dois anos.

Passarinho (PDS-PA). Se for vencido na preliminar, Prisco Viana terá que opinar, e defenderá então "que o mandato seja de cinco anos, e que o atual presidente tenha o mandato dos futuros presidentes".

Prisco Viana reafirmou que é favorável à fixação do princípio do sistema distrital misto, à idade mínima de 18 anos para o exercício do voto, e à sua obrigatoriedade.

— Nesta fase de recomposição da ordem democrática — argumentou —, é importante o exercício do voto e o sistema obrigatório funciona como um mecanismo de aprendizado no exercício físico de votar. Os partidos no Brasil são muito fracos, e precisam se fortalecer através das eleições. Além disso, temos que ter cuidado para

Prisco passa bola pra frente

O mandato do presidente da República não é assunto para a Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. A opinião é do relator, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), que quer uma decisão preliminar sobre esta questão. Prisco Viana diverge, assim, da maioria da Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, vinculada à comissão, que na segunda-feira, por 12 votos a 8, entendeu que deveria tratar do tema, e decidiu fixar em quatro anos o mandato dos futuros presidentes, e em cinco anos o de Sarney.

Passarinho (PDS-PA). Se for vencido na preliminar, Prisco Viana terá que opinar, e defenderá então "que o mandato seja de cinco anos, e que o atual presidente tenha o mandato dos futuros presidentes".

Prisco Viana reafirmou que é favorável à fixação do princípio do sistema distrital misto, à idade mínima de 18 anos para o exercício do voto, e à sua obrigatoriedade.

— Nesta fase de recomposição da ordem democrática — argumentou —, é importante o exercício do voto e o sistema obrigatório funciona como um mecanismo de aprendizado no exercício físico de votar. Os partidos no Brasil são muito fracos, e precisam se fortalecer através das eleições. Além disso, temos que ter cuidado para

não aumentar os índices de ausência.

Sobre a parte que trata da Defesa do Estado, o relator reafirmou ser favorável à manutenção da atual destinação das Forças Armadas — responsáveis também pela ordem interna —, e observou que o relatório foi aprovado na subcomissão "por mais de 2/3 dos membros". Indagado sobre se iria ouvir os militares, limitou-se a dizer que "o regulamento da Constituinte manda que se ouça a sociedade". Ele defendeu outros pontos do anteprojeto do deputado Ricardo Fiúza, aprovado pela subcomissão, como a possibilidade de suspensão da imunidade parlamentar, pelo Congresso, do deputado ou senador que, fora do recinto, pratique atos incompatíveis com a deterioração do estado de sítio.